15:41 39%

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)* Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mundo se tornou um barril de pólvora

Instabilidade geopolítica causa recorde em gastos militares e, associada a populismo no Ocidente, recomenda cautela à diplomacia do Brasil

Nunca se gastou tanto quanto em 2023 com defesa no planeta, salvo em períodos de guerras mundiais. No ano passado, as despesas militares somadas de 173 países atingiram US$ 2,2 trilhões, o equivalente ao PIB brasileiro.

Esse montante, estimado pela organização britânica Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, disparou e deixou de emular o ritmo do crescimento econômico, como era o padrão, passando a refletir nova corrida armamentista.

A guerra na Ucrânia, deflagrada pela invasão russa em fevereiro de 2022, tornou-se um catalisador dessa militarização. O efeito não se resume a Moscou e Kiev; abrange fortemente países europeus que compõem a aliança ocidental da Otan, cujo dispêndio saltou 40% em apenas um ano.

Os EUA, líderes no ranking do gasto militar que consomem o mesmo que as 14 nações subsequentes, aceleraram despesas de olho no recrudescimento da ameaça da Rússia e, paralelamente, na rivalidade estratégica crescente com a China.

A polarização aguda entre Washington e Pequim tem sido outra alavanca do armamentismo global, estimulando o dispêndio militar dos dois gigantes e de outras nações na região Índo-pacífica. Conflitos e escaramuças locais, como no Oriente Médio, também impulsionam a corrida bélica.

Se países se armam até os dentes, é porque percebem mais instabilidade geopolítica. Os vaticínios mais otimistas após a implosão da União Soviética, de que a Rússia e a China se pacificariam pela integração econômica em escala planetária, revelaram-se equivocados.

O barateamento dos artefatos de destruição —e o financiamento de governos estrangeiros interessados em fustigar adversários indiretamente— elevou a capacidade de causar estragos de grupos insurgentes e terroristas.

A validade da teoria de que potências nucleares teriam maior imunidade contra agressões estrangeiras está sendo colocada à prova. O fanatismo religioso e o ultranacionalismo que embasam plataformas de aniquilação do inimigo tampouco dão mostras de esmorecer.

Não bastassem as tribulações em nações que jamais se distanciaram da autocracia, os regimes de tradição ocidental enfrentam dentro de suas fronteiras uma onda populista que desafia fundamentos como a separação e a limitação dos poderes institucionais.

O quadro é delicado o suficiente para recomendar cautela à navegação diplomática de um país como o Brasil. Nesse ambiente, a escolha de aliados e de causas no plano internacional pode facilmente alimentar os adversários internos da democracia representativa.

Paliativo contra evasão

Governo começa a definir ajuda a alunos no ensino médio, que não pode prescindir de reforma

Com duas portarias do Ministério da Educação, o governo começou a regulamentar o programa destinado a oferecer ajuda financeira a alunos pobres do ensino médio. Dada a ainda elevada taxa de evasão nessa etapa da vida escolar, no mais das vezes causada pela desigualdade social, a iniciativa tem objetivos corretos.

Serão quatro tipos de incentivo: para matrícula (R$ 200 por ano); para frequência (R$ 1.800, em nove parcelas mensais); para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem, R$ 200); e para a conclusão de cada série (R$ 1.000 anual).

Neste último caso, o valor é acumulado em poupança e só será resgatado ao término dos estudos.

Poderão participar apenas alunos de escolas públicas que cursem o ensino médio ou o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tenham entre 14 e 24 anos de idade e façam parte de família inscrita no cadastro da baixa renda —terão prioridade aquelas que recebam o Bolsa Família.

Os números atestam a importância de tal política pública.

Segundo o Censo Escolar, em 2022 a taxa de evasão no ensino médio chegou a 6,5% —1,5 ponto percentual acima da verificada no ano anterior. Pesquisa do IBGE de 2019 mostrou que 39,1% das pessoas entre 14 e 29 anos que não concluíram a educação básica deixaram a escola para trabalhar.

A adesão ao ensino integral também é afetada pela vulnerabilidade social. Em São Paulo, por exemplo, 50% das escolas do estado seguem esse modelo, mas apenas 17% dos alunos estudam nelas. Aqueles que precisam trabalhar vão para o ensino parcial ou abandonam a escola.

Também é baixo o interesse pelo Enem, principal forma de ingresso no ensino superior. Em 2023, dos 4 milhões de inscritos, só 2,7 milhões (68%) fizeram a prova.

Segundo o MEC, o gasto com o novo programa será de R$ 7,1 bilhões ao ano, com previsão de 2,5 milhões de estudantes beneficiados. Não se detalharam ainda os parâmetros que embasam as cifras.

Trata-se de política meritória que demandará execução criteriosa e avaliação de custos e eficácia. Em qualquer cenário, continua necessária a reforma do ensino médio.

Batalhas pela memória

Hélio Schwartsman

Israelenses estão com um problema de relações públicas.

Você, leitor, já ouviu falar nas Vésperas Efésias? Em 88 a.C., o imperador Mitrídates 6º, do Ponto, ordenou o assassinato de cidadãos romanos e aliados que viviam em cidades da Ásia Menor. Nem mulheres e crianças teriam sido poupadas. Estima-se que entre 80 mil e 150 mil morreram.

Imagino que esse massacre, um dos muitos da história, não o comova muito. Ele ocorreu há mais de 2.000 anos e, por alguma razão, descontamos o passado. Somos quase imunes às carnificinas muito antigas, nos importamos moderadamente com hemoclismos recentes e reagimos com vívida emoção aos massacres presentes. Está na programação de nossas mentes, ainda que a diferença temporal seja difícil de explicar filosoficamente. Por que a morte de uma pessoa há 2.000 anos valeria menos que a de uma morta há 80 anos?

O problema de Israel é que o tempo está passando. Foi sob o impacto do Holocausto nazista que a ONU aprovou, em 1947, o plano de partilha da Palestina que viabilizou o Estado judeu. Mas a memória viva do Holocausto, que ainda chegou à minha geração através das histórias de meus avós e tios-avós, vai aos poucos se apagando. Os registros históricos sempre podem ser consultados, mas o aspecto afetivo desaparece. Reportagem recente do New York Times mostra que é crescente o número de jovens judeus americanos que se identificam com a causa palestina.

Faz sentido. As histórias de injustiças cometidas contra palestinos estão ocorrendo ao vivo e numa era de hiperconexão. E quanto mais mortos as operações militares israelenses deixarem em Gaza, mais esse efeito se materializará. Ainda que não haja paralelo entre o que fizeram os nazistas e o que fazem os israelenses, civis palestinos estão morrendo aos borbotões.

Que a carnificina em Gaza sirva ao menos para viabilizar o Estado palestino. Sem ele, Israel jamais encontrará uma paz sustentável.

helio@uol.com.br

Quem pisca antes?

Ranier Bragon

Há uma decisão a ser tomada em Brasília com potencial para rearranjar boa parte do tabuleiro político. Ela diz respeito à seguinte pergunta: o presidente Lula (PT) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) vão se enfrentar ou vão renovar a parceria por mais dois anos?

O enredo passado é conhecido. Apesar da apertada vitória sobre Jair Bolsonaro (PL), a esquerda elegeu pouco mais de 100 das 513 cadeiras da Câmara. Logo, Lula adotou a única decisão aparentemente sensata no rumo da governabilidade e apoiou de cara a reeleição de Lira para o comando da Casa em fevereiro de 2023.

Não foi uma escolha trivial. Lira chefia o direitista centrão e conduziu não só a tropa que deu sustentação política a Bolsonaro como trabalhou para reelegê-lo.

Lira e o centrão, como esperado, pularam no barco do novo governo.

Ocorre que um governo Lula com um presidente da Câmara do PT ou da esquerda é uma coisa, outra é um governo Lula com o centrão dando as cartas no Legislativo.

O petista e seus articuladores políticos sentiram isso na pele em 2023.

Em fevereiro de 2025 há a eleição para a sucessão de Lira, que não pode mais disputar o cargo.

Há um sonho de petistas de cozinhar o presidente da Câmara em banho-maria até o fim do ano e, então, jogar todas as fichas em um candidato mais palatável.

Não do PT, não há chance para isso, mas alguém que tope devolver ao governo a gerência da maior parte das bilionárias emendas parlamentares. Isso ficou a cargo de Lira e de seus aliados no governo Bolsonaro e, sob Lula, é motivo das perenes desavenças Planalto-Câmara.

Como Lira não é principiante, busca convencer os pares de que eleger um sucessor de sua confiança —o amigo Elmar Nascimento (União Brasil-BA)— é o melhor para manter o modelo.

O encontro entre Lula e Lira na última sexta serviu para zerar o jogo até aqui. A partida, porém, só termina daqui a um ano.

Repórter em Brasília

O direito à morte

Mariliz Pereira Jorge

Há quem suspire ao ler sobre a morte natural, com diferença de poucos dias ou horas, de um casal de idade. É a romantização da dor da perda que nada tem de romântico, apenas mostra que a ausência do outro, às vezes, é tão insuportável que pode ser fatal.

Em geral, são os mesmos que agora condenam a decisão do ex-premiê da Holanda de abreviar a vida por meio de eutanásia dupla. Dries van Agt, 93, morreu de mãos dadas com sua mulher, com quem era casado havia 70 anos. O inferno, segundo os críticos, seria o destino de quem afronta o "tempo de Deus". Assim como para aqueles que abortam, usam drogas, casam-se com pessoas do mesmo sexo. Como é sedutor entregar ao Estado a prerrogativa de legislar sobre o que deveria ser arbítrio individual, não é mesmo?

Há quase 10 anos, a revista The Economist dedicou uma capa à eutanásia e apostou que seria a próxima onda de liberalização. De lá para cá, a questão avançou menos do que essa previsão indicava e o procedimento é legal em poucos países. Em outros poucos, o paciente pode ser assistido pelo médico para dar cabo da própria vida, além daqueles que permitem a suspensão de tratamentos paliativos. Na maioria, as condições para que se submeta a qualquer uma dessas opções são muito rigorosas, como é o caso de doenças degenerativas ou incuráveis.

Ou seja, a questão ainda é tratada de forma conservadora. Dries van Agt teve o seu desejo de morte concedido porque tinha as funções comprometidas por um AVC. Mas é preciso encarar que há outras razões para que a vida possa ser interrompida. Milhares de pessoas talvez não encontrem um propósito, enfrentem doenças incuráveis, degenerativas, sofrimentos físicos ou psicológico. Ou estejam apenas cansadas.

Louco. Fraco. Suicida. Não, apenas alguém que resolveu se retirar enquanto tudo que lhe resta seja dignidade. Poucas coisas são mais civilizadas do que decidir a própria morte.

Planejamento industrial é imprudente

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Planejar é bom. Você planeja seu dia, seu mês, um período da sua vida. Os adultos fazem isso. As crianças não.

É simplesmente prudente planejar a conclusão daquele relatório até quinta-feira, estudar para o exame no fim do mês, casar por amor até que a morte nos separe.

É claro que os planos nem sempre dão certo. O futuro é imprevisível.

Sem dúvida, o sol nascerá amanhã. Você pode planejar com base nisso. Mas o relatório de quinta-feira pode encontrar um obstáculo. Você pode não conseguir a nota máxima no exame como tinha planejado.

Por mais que você se esforce para realizar o plano, como diz o estranho livrinho da Bíblia hebraica, Eclesiastes, "...não é dos ligeiros o prêmio... nem ainda dos prudentes, a riqueza...; porém tudo depende do tempo e do acaso".

Esse é um dos motivos pelos quais o plano de Lula de implementar um enorme programa industrial parece um enorme erro. Parece prudente. Vamos depositar o futuro do Brasil. Ha, ha. O tempo e o acaso dominam todos os planos nacionais em que o Estado escolhe os vencedores.

Isso aconteceu pela primeira vez em 1956, levando a inflação a 90%.

Outro motivo pelo qual a analogia com seu planejamento individual é um erro enorme é que você sabe o que quer alcançar e, especialmente, como adulto, tem uma boa noção de como fazer isso. Coloque o carro em movimento às 9h, recolha às 18h30.

Um país não sabe o que quer, porque não é uma "coisa". O Brasil, visto como uma sociedade livre e não um formigueiro, são 214 milhões de pessoas individuais, com bilhões de planos para hoje, para a vida.

Por exemplo, Maria Alice planeja abrir uma lojinha para vender pão de queijo. Sua tia teve uma dessas, e Maria Alice trabalhou lá quando adolescente depois das aulas. Ela sabe escolher um vencedor. Brasília não sabe.

E Maria Alice suporta o risco se ela planejar mal, ou se não trabalhar eficazmente, ou se o tempo e a oportunidade lhe faltarem.

É outro motivo pelo qual o "planejamento" não faz sentido quando conduzido por Brasília. Lula e Rousseff não ficaram famosos pela administração honesta do dinheiro público.

Quer tentar de novo?